



Grupo Caixa Geral de Depósitos

2008

CGD PENSÕES S.G.F.P., S.A.

Relatório e Contas 2008

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Av. João XXI, 63- 2º Piso 1000-300 Lisboa ☐ Telefone: 21 790 54 36 ☐ Fax: 21 790 54 98

Número único de Pessoa Colectiva e Matrícula Comercial 502.777.460 ☐ Capital Social realizado 3.000.000 Euros

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES	3
ESTRUTURA ACCIONISTA	3
ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO.....	4
1. ECONOMIA INTERNACIONAL	4
2. ECONOMIA PORTUGUESA	6
3. MERCADO DE CAPITAIS.....	9
4. MERCADO IMOBILIÁRIO.....	11
5. PERSPECTIVAS PARA 2009.....	12
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES.....	14
ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES	15
1. EVOLUÇÃO COMERCIAL	15
2. EVOLUÇÃO FINANCEIRA	16
3. COMPLIANCE	17
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18

EM ANEXO:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NOTAS EXPLICATIVAS
 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
 RELATÓRIO ANUAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES

Assembleia Geral

Presidente	Caixa Geral de Depósitos <i>representada pelo</i> Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Vice-Presidente	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Administrador	Dr. António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador	Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pela</i> Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA é detentora da totalidade do capital social da CGD PENSÕES – SGFP, S.A..

RELATÓRIO DA GESTÃO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Evolução Global

O ano de 2008 foi marcado pela intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais que teve origem nos EUA em Agosto de 2007, com uma gradual propagação à actividade económica.

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
União Europeia (25)	2,9	1,0	2,4	3,7	7,1	7,2
Área do Euro ^(*)	2,7	0,9	2,1	3,3	7,5	7,8
Alemanha	2,5	1,3	2,3	2,8	8,4	7,1
França	2,2	0,8	1,6	3,2	8,3	7,8
Reino Unido	3,0	0,7	2,3	3,4	5,3	5,7
Espanha	3,7	1,2	2,8	4,1	8,3	11,3
Itália	1,5	-0,6	2,0	3,5	6,1	6,7
EUA	2,0	1,1	2,6	3,4	5,0	7,9
Japão	2,4	-0,3	-0,4	0,6	3,8	4,0

FMI: World Economic Outlook Update - Janeiro de 2009

(*) CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Segundo os últimos dados disponíveis, é expectável que a economia mundial tenha registado um crescimento do produto de 3,3% em 2008, face aos 5,2% que se verificaram no exercício precedente. Embora em desaceleração, as economias emergentes deverão ter continuado a ser as principais dinamizadoras do crescimento mundial, com uma progressão estimada de 6,3% em 2008. Merece destaque a performance da China e da Índia, que deverão ter registado taxas de crescimento de 9,0% e 7,3%, respectivamente.

Em contraste com estes níveis robustos de crescimento, as economias mais avançadas deverão ter visto o ritmo de expansão da sua actividade económica ser reduzido para patamares muito baixos, sendo inclusivamente expectável um decréscimo do produto no Japão na ordem dos 0,3% em 2008.

Durante o primeiro semestre, os sinais de desaceleração económica foram-se tornando cada vez mais evidentes, sobretudo nos EUA, enquanto na Europa se mantinha ainda como principal preocupação a subida da inflação. No segundo semestre, a deterioração do balanço das instituições financeiras, com anúncios sucessivos de perdas elevadas, acentuou a turbulência nos mercados.

A incerteza e o aumento do risco de contraparte atingiram uma dimensão que levou à quase paralisia dos mercados monetários interbancários e de dívida privada, obrigando os bancos centrais à tomada de

medidas excepcionais, que passaram pela criação de novas linhas de financiamento, pelo alargamento do leque de instituições e colaterais elegíveis e pela flexibilização de regras contabilísticas.

Neste enquadramento, mas também como forma de fomentar a actividade económica, os Bancos Centrais procederam a sucessivas descidas das taxas de referência, bem como a injeções de liquidez.

A 8 de Outubro de 2008, numa iniciativa inédita, o Banco Central Europeu, a Reserva Federal e o Banco de Inglaterra procederam a um corte nas taxas de referência em 50 p.b.. Estas instituições procederam posteriormente a novas descidas, tendo a taxa directora no final do ano sido fixada em 2,5% na Zona Euro e num patamar entre zero e 0,25% nos EUA.

Finalmente, em consequência da diminuição da procura a nível mundial, os preços dos combustíveis e das *commodities* têm vindo a diminuir consideravelmente, tendo o petróleo passado de uns historicamente elevados 147 dólares, em Julho, para patamares abaixo de 40 dólares durante Dezembro de 2008.

União Europeia

Os primeiros sinais de abrandamento económico na Zona Euro surgiram no final de 2007. A turbulência verificada nos mercados financeiros internacionais teve como consequência uma diminuição dos índices de confiança dos consumidores e empresas, o que, a par da subida do preço dos bens energéticos e da apreciação do euro verificada na primeira metade do ano, deixou antever a desaceleração da actividade económica que se verificou em 2008.

INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

	Taxas de variação (em %)			
	União Europeia		Zona Euro	
	2007	2008	2007	2008
Produto Interno Bruto (PIB)	2,9	1,0	2,7	0,9
Consumo privado	2,2	1,0	1,6	0,5
Consumo público	2,0	2,2	2,3	2,1
FBCF	5,4	0,4	4,3	0,6
Procura Interna	3,0	n.d.	2,5	n.d.
Exportações	5,0	n.d.	5,9	n.d.
Importações	5,2	n.d.	5,4	n.d.
Taxa de Inflação (IHPC)	2,4	3,7	2,1	3,3

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Deste modo, a Comissão Europeia antecipa para 2008 um crescimento do PIB na União Europeia e na Zona Euro de 1,0% e 0,9%, respectivamente, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (2,9% e 2,7%). Esta performance será bastante condicionada pela Irlanda e Itália, que devem apresentar no final de 2008 uma diminuição do produto nacional de 2,0% e 0,6%, respectivamente.

Até Julho, o constante aumento do preço do petróleo provocou um acréscimo nos custos de produção, que, por sua vez, se reflectiu no preço a que os bens se encontravam acessíveis no mercado. Desta forma o rendimento disponível pela população da zona euro registou um decréscimo no primeiro semestre de 2008, o que provocou uma desaceleração no consumo privado.

Por outro lado, a apreciação do euro face ao dólar contribuiu para a redução da dinâmica das exportações, uma vez que os bens produzidos na zona euro se tornaram relativamente mais caros para os parceiros comerciais.

De acordo com a Eurostat, a Zona Euro entrou em recessão técnica no terceiro trimestre de 2008, uma vez que apresentou crescimento negativo do PIB em dois trimestres consecutivos (-0,2%). Esta redução do Produto foi provocada pelo decréscimo verificado no crescimento do investimento, bem como pelo aumento das importações.

No que diz respeito à evolução dos preços, a taxa homóloga de inflação em Dezembro foi de 1,6%, o que representa um relevante decréscimo em relação aos 4,0% verificados em Julho. Face à súbita diminuição das pressões inflacionistas, o BCE decidiu abandonar a política monetária seguida desde 2005, caracterizada por subidas sucessivas das taxas de referência como instrumento para controlo da taxa de inflação.

No último trimestre de 2008, a autoridade monetária da Zona Euro interveio por três vezes na taxa directora, acumulando uma descida de 1,75 p.p., tendo-a fixado em 2,5% na reunião de 4 de Dezembro de 2008. A par da descida da taxa directora, o BCE decidiu ainda alargar a lista de activos elegíveis como garantia em operações de crédito do Eurosistema.

De modo a atenuar os efeitos da crise económica, a Comissão Europeia aprovou em Dezembro um plano no qual prevê a utilização de 1,5% do PIB europeu em medidas de relançamento da economia, o que, em conjugação com a redução das receitas deverá conduzir ainda em 2008 a um aumento do défice do Sector Público Administrativo, devendo este fixar-se em 2,0% do PIB.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução Global

Em 2008 a economia portuguesa deverá apresentar um crescimento do PIB de 0,2%, o que representa uma relevante desaceleração face ao verificado em 2007 (1,9%).

Este desempenho terá sido bastante condicionado pela Formação Bruta de Capital Fixo e pelas Exportações que terão um contributo menos positivo para o crescimento do produto, sendo inclusivamente expectável que o investimento apresente uma redução de 0,8% face a 2007.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	(em %)		
	2006	2007	2008
PIB (Taxas de variação real)	1,4	1,9	0,2
Consumo privado	1,9	1,6	1,4
Consumo público	-1,4	0,0	0,1
FBCF	-0,7	3,2	-0,8
Procura Interna	0,8	1,8	0,8
Exportações	8,7	7,5	0,3
Importações	5,1	5,6	2,3
Taxa de Inflação (IHPC)	3,0	2,4	2,7
Rácios			
Taxa de desemprego	7,8	8,1	7,8
Défice do SPA (em % do PIB)	-3,9	-2,6	-2,2
Dívida Pública (em % do PIB)	64,7	63,6	64,6

CE: Interim Forecast - Janeiro 2009

Estes valores incorporam o agravamento do enquadramento internacional com a propagação da crise dos mercados financeiros à economia real, que se reflectiu na diminuição da Procura externa dirigida à economia portuguesa, com a consequente desaceleração das exportações, que deverão ter apresentado uma redução de 7,2 p.p. no seu crescimento, fixando-se em 0,3% em 2008.

No mesmo sentido, a deterioração da confiança por parte dos investidores e consumidores, em conjugação com uma maior restritividade no acesso ao crédito, deverá ter-se reflectido no investimento e consumo, nomeadamente no crédito à habitação.

De facto, o contexto de elevada incerteza relativa à evolução da economia e de elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas enfrentam, poderá ter conduzido a uma reavaliação das decisões de consumo por parte dos particulares, não obstante a redução da taxa normal do IVA de 21% para 20% que se verificou em Julho de 2008.

Ao nível da inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter verificado uma média anual de crescimento de 2,7%, o que representaria um acréscimo de 0,3 p.p. face ao verificado no ano precedente. Esta evolução foi bastante condicionada pelo aumento dos preços verificado nos bens energéticos e de matérias-primas na primeira metade do ano, que entretanto se inverteu, fruto da redução da procura a nível mundial e consequente aumento das reservas.

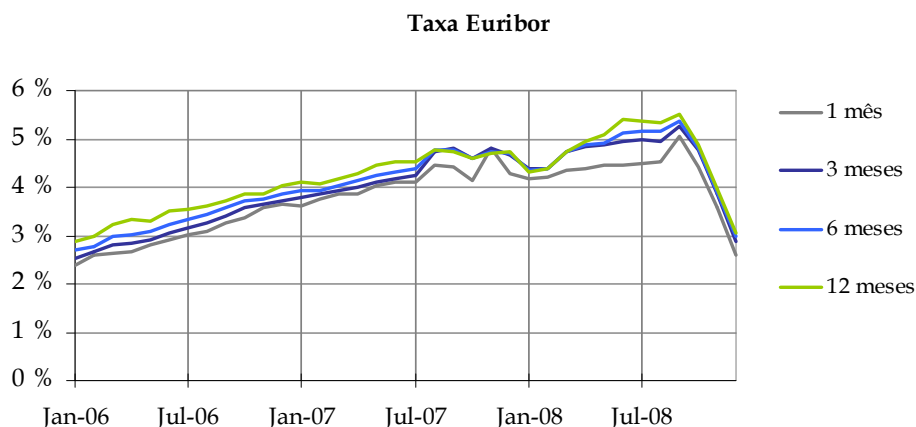
A taxa de desemprego em 2008 deverá apresentar uma ligeira redução dos 8,1% verificados em 2007 para os 7,8%, o que pode ser explicado pelo desfasamento existente entre o ciclo económico e as consequências a nível do mercado de trabalho. Deste modo, o reflexo da crise económica que actualmente se verifica, apenas deverá ter repercussões na taxa de desemprego em 2009.

Finalmente, o défice do Sistema Público Administrativo deverá apresentar uma redução de 0,4 p.p. face a 2007 (-2,2%), o que se encontra em linha com o definido no Relatório sobre a Orientação da Política Orçamental.

Taxas de Juro

Tal como referido anteriormente, até Julho o Banco Central Europeu prosseguiu uma política de incremento das taxas directoras como forma de garantir um nível de inflação compatível com a estabilidade de preços, tendo neste mês procedido a um aumento de 25 p.b. na taxa de referência.

No entanto, após esta data, as pressões inflacionistas foram-se reduzindo, à medida que os preços do petróleo e das principais matérias-primas diminuían, fruto da redução da procura mundial.



Com os sinais cada vez mais evidentes de dificuldades na economia europeia, e conseqüente aumento da incerteza e da percepção do risco, o mercado monetário apresentou crescentes sinais de ineficiência, o que implicou que o BCE procedesse a diversas injeções monetárias, como forma de garantir as necessidades de liquidez dos bancos.

Apesar da disponibilização de avultados montantes, o spread exigido nas operações de financiamento foi aumentando bastante, atingindo 150 p.b. em Outubro de 2008. Esta tendência ascendente apenas foi invertida em Novembro, após duas intervenções do BCE que totalizaram 100 p.b..

Até ao final do ano, a autoridade monetária da Zona Euro ainda interveio sobre a taxa directora mais uma vez, fixando a mesma em 2,5%.

Fruto das alterações efectuadas pelo BCE nas taxas directoras, as taxas activas e passivas no sistema bancário inverteram a tendência ascendente a partir de Outubro, sendo expectável que as mesmas se aproximem da taxa de referência a médio prazo.

Evolução cambial

A taxa de câmbio do euro face ao dólar registou, em Dezembro de 2008, um valor médio de 1,345 USD, o que representa uma desvalorização de 7,7% face ao ano anterior. Até Julho de 2008, o euro apresentou valorizações face ao dólar, tendo atingido nesta data um valor de 1,577 USD. Esta tendência foi invertida com a divulgação de dados económicos da Zona Euro mais negativos que o expectável.

Face à libra esterlina, o euro obteve uma valorização de 24,6% em 2008, registando, em sentido inverso, uma depreciação face ao iene japonês (-25,1%).

3. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram dois momentos distintos durante 2008. O primeiro semestre foi caracterizado pelo aumento das taxas de rendimento das obrigações (yields), resultado do aumento da inflação e da subida das expectativas de crescimento dos preços. O forte aumento do preço das matérias-primas, em particular do petróleo, contribuiu para o agravamento dos receios em torno da estabilidade dos preços. A partir do início do segundo semestre, o agravamento das incertezas em torno do crescimento económico e o conseqüente aumento da aversão ao risco, tiveram reflexos negativos sobre o desempenho dos mercados de acções e de crédito, que, a par das reduções de taxas directoras por parte dos Bancos Centrais, levaram a que as yields passassem a mostrar uma tendência de descida. As taxas de rendibilidade das obrigações americanas a 10 anos encerraram o ano nos 2.21%, 181 p.b. abaixo do seu valor inicial. Na Zona Euro, a descida das yields foi, à semelhança do ano anterior, menos pronunciada, registando uma diminuição de 135 p.b. para os 2.95%. Em ambos os casos, as taxas de juro, quer das obrigações americanas, quer das obrigações europeias, encerraram o ano de 2008 perto dos valores mais baixos de sempre.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

	2007	2008
EUA	4,03%	2.21%
Reino Unido	4,57%	3.02%
Japão	1,51%	1.18%
França	4,42%	3.41%
Alemanha	4,32%	2.95%
Espanha	4,40%	3.81%
Portugal	4,55%	3.97%

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos desceram de 4.55% para 3.97%, no final do ano, tendo registado o valor máximo de 5.09% em Julho.

Mercado Accionista

Os mercados accionistas apresentaram ao longo de 2008 uma tendência de descida, tendo os principais índices bolsistas atingido, no mês Novembro, os níveis mais baixos dos últimos 11 anos. A queda deste mercado, que se acentuou particularmente durante o segundo semestre, foi resultado do agravamento das preocupações quanto à intensidade e duração do abrandamento económico à escala mundial, dos elevados receios em relação à liquidez e solvência do sector financeiro, tendo tido especial impacto as notícias relacionadas com as agências governamentais para o sector da habitação nos EUA (Freddie Mac e Fannie Mae), os receios de falências de algumas instituições financeiras (Morgan Stanley, Merrill Lynch e AIG), e as falências dos bancos Lehman Brothers e Washington Mutual nos EUA. A limitada informação quanto ao impacto da crise nos bancos continuou a paralisar os mercados monetários interbancários. Esta conjuntura gerou um fortíssimo aumento dos indicadores de aversão ao risco, os quais registaram valores máximos históricos, e levou os investidores a refugiarem-se em títulos emitidos por entidades governamentais, apesar das inúmeras medidas de política monetária e fiscal implementadas pelas autoridades, muitas das quais sem precedentes.

Principais Índices Bolsistas

	2007		2008	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	13 281	+6,6%	8776	-33.8%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 651	+9,8%	1577	-40.5%
FTSE (Londres)	6 457	+3,8%	4434	-31.3%
NIKKEI (Tóquio)	15 308	-11,1%	8860	-42.1%
CAC (Paris)	5 614	1,3%	3218	-42.7%
DAX (Frankfurt)	8 067	22,3%	4810	-40.4%
IBEX (Madrid)	15 182	7,3%	9196	-39.4%
PSI-20 (Lisboa)	13 019	16,3%	6314	-51.3%

Em Portugal, à semelhança dos mercados internacionais a tendência ao longo do ano foi de queda, o mercado accionista registou uma descida de 51.3%, contra a subida de 16.3% em 2007.

4. MERCADO IMOBILIÁRIO

Mercado Nacional

A crise que afectou, em 2008, os mercados financeiros e a economia em geral, teve um forte impacto no mercado imobiliário, em particular a partir do final do terceiro trimestre. Para além da retracção geral da procura, as dificuldades sentidas no acesso ao crédito foram factores determinantes para esta situação.

O mercado residencial foi um dos mais afectados, na sequência de uma tendência que já vinha a ser sentida. Verificou-se igualmente uma enorme retracção no desenvolvimento e construção de novos empreendimentos, não só pelas dificuldades de acesso ao crédito, como pela revisão em baixa das projecções que sustentavam a sua viabilidade. Particularmente afectados, para além de projectos de construção de habitação, foram projectos de turismo residencial.

O mercado institucional de investimento teve um comportamento de certo modo irregular, muito ligado à liquidez dos fundos de investimento. O sector que teve maior peso nas transacções foi o dos escritórios, seguindo-se o do retalho e o industrial. As *prime yields* praticadas sofreram em geral um acréscimo, que se situou entre 0,75% e 1,0%, fruto inicialmente da subida das taxas de juro, e posteriormente de um crescimento do prémio de risco exigido pelos investidores.

No que diz respeito aos fundos de investimento imobiliário nacionais, a pressão dos resgates e a significativa redução das subscrições nos fundos abertos fizeram-se sentir ao longo de todo o ano, reduzindo ou anulando a sua capacidade de investimento, e obrigando, nalguns casos, ao recurso ao endividamento. No que diz respeito aos fundos fechados, de um modo geral mais virados para projectos de desenvolvimento, tiveram que rever em baixa as suas projecções, tendo, nalguns casos, sofrido dificuldades acrescidas por restrições no acesso ao crédito.

Sem grande actividade por parte dos investidores institucionais, o ano terminou com poucas transacções e com os poucos interessados a quererem fazê-las pressionando fortemente para baixo os preços de transacção. O investimento estrangeiro manteve-se na casa dos 50%, sendo no entanto as transacções efectuadas de menor dimensão do que era habitual.

Mercado Imobiliário Internacional

De um modo geral, o mercado internacional sofreu igualmente as consequências da crise económica e dos mercados financeiros. No entanto, os fundos alemães ainda atravessaram um período de excesso de liquidez, tendo a notícia da conseqüente intenção de efectuar aquisições na Europa trazido alguma esperança ao mercado; contudo, os elevados resgates verificados nos últimos meses na Alemanha, uma das últimas economias europeias a sofrer os efeitos da crise, desfizeram essa esperança.

O mercado inglês, que nos anos anteriores tinha registado elevadas valorizações, sofreu uma forte queda, com grandes desvalorizações do património e a conseqüente pressão sobre os resgates dos fundos de investimento.

O mercado espanhol, que tem forte influência sobre o comportamento do mercado português de promoção e que registara igualmente grandes valorizações nos últimos anos, é dos que mais tem sofrido com a crise, verificando-se uma enorme retracção por parte dos investidores, fortemente alavancados, e uma grande queda nos valores das poucas transacções efectuadas.

5. PERSPECTIVAS PARA 2009

A economia mundial deverá apresentar em 2009 um crescimento muito fraco, próprio de um ambiente recessivo, com a maioria das regiões desenvolvidas a registarem uma contracção da actividade económica. A prolongada crise financeira continuará a fazer sentir os seus efeitos ao nível das restrições ao crédito e, conseqüentemente, das intenções de investimento dos agentes económicos. Por outro lado, a deterioração do mercado de trabalho irá afectar negativamente o consumo global das famílias, assim como o mau desempenho dos lucros condicionará o investimento das empresas.

A queda dos preços das matérias-primas verificada na segunda metade de 2008 e o menor ritmo da actividade económica deverão contribuir para uma acentuada descida da inflação, perspectivando-se por isso um relaxamento da política monetária por parte dos bancos centrais e o lançamento de medidas de política fiscal destinadas a suportar e relançar a actividade económica.

As taxas de juro de longo prazo, que atingiram valores mínimos históricos no final de 2008, deverão manter a tendência de descida até que a economia dê sinais de alguma recuperação, podendo descer ainda mais, se a recessão se prolongar, acentuando os riscos de deflação. O nível das taxas de juro poderá também ser alterado se os bancos centrais tomarem medidas não convencionais que envolvam a compra de obrigações de longo prazo em mercado.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelas autoridades monetárias, a crise no sistema financeiro e no mercado de crédito não se encontra ainda debelada. O impacto da acentuada deterioração do ambiente económico no aumento do número de falências de empresas e do desemprego, pode conduzir a um brusco aumento do crédito mal parado. Por este motivo tem-se verificado um forte aumento dos *spreads* desde 2007 e as novas emissões de dívida estão a ser colocadas em níveis tais, que permitem, de forma selectiva, encontrar oportunidades de investimento cujo potencial de rendibilidade seja muito atractivo.

Os mercados accionistas, depois de terem registado em 2008 um dos piores desempenhos de sempre, irão continuar a sofrer as conseqüências da conjuntura económica, esperando-se por isso que o crescimento

dos resultados das empresas seja novamente negativo e que os índices bolsistas registem elevada volatilidade, perante um quadro de grande incerteza. Não é, no entanto, de excluir que a forte capacidade de antecipação deste tipo de mercados, permita aos investidores mais ágeis beneficiarem de fases de recuperação de mercado, originadas pela inversão de expectativas dos investidores.

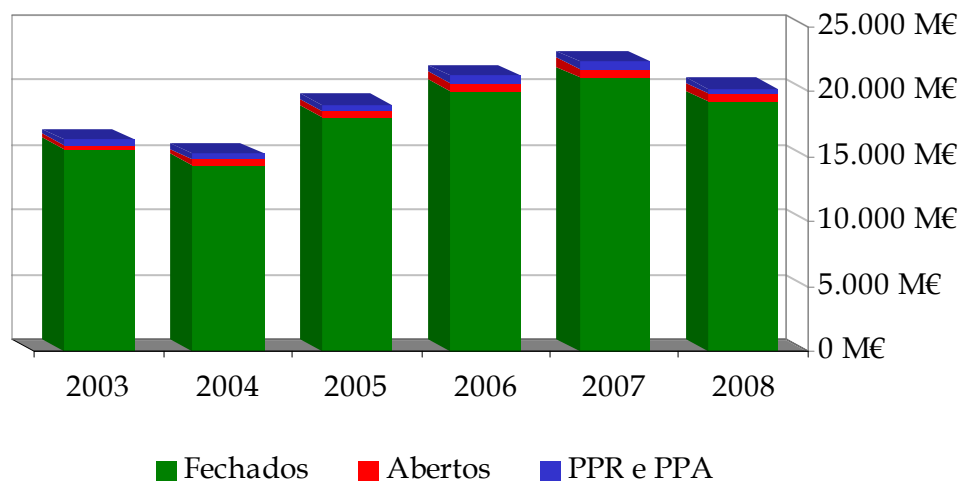
Embora em 2008 tenhamos já assistido a um considerável ajustamento do preço a que os investidores estavam dispostos a aceitar por um determinado risco, o enquadramento económico não é ainda favorável aos mercados financeiros em geral e ao dos fundos de pensões, em particular. No entanto, os baixos níveis de taxas de juro, que deverão ser a norma em 2009, tornarão este tipo de produtos mais competitivos e apelativos para o aforrador, em particular os de risco reduzido e que privilegiem estruturas de capital garantido.

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Em 2008, o montante do mercado português de fundos de pensões registou um decréscimo de 9,5% para 20 242 Milhões de Euros (M€).

Os Fundos Fechados registaram um decréscimo de 8,8%, para 19 241 M€, continuando a dominar este mercado com uma quota de 94% do total de fundos de pensões. O montante dos Fundos de Pensões Abertos, incluindo os PPR e PPA, baixou 20% para 1000 M€.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal

Durante o ano, foram constituídos 5 fundos de pensões fechados e 6 fundos abertos, e simultaneamente, assistiu-se à extinção de 5 fundos fechados. No final de 2008, o mercado estava representado por 230 fundos, geridos por 28 sociedades gestoras.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de fundos de pensões portuguesas concentravam 77% do mercado, tendo a quota da CGD Pensões aumentado de 6,5% para 7,8%.

ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES

1. EVOLUÇÃO COMERCIAL

A CGD Pensões terminou o ano de 2008 tendo sob gestão dezasseis fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos. O valor patrimonial dos fundos geridos ascendia a 1.577,59 M€, representando um crescimento de 8,6% face aos 1.452,29 M€ geridos no final de 2007.

No segmento dos fundos de pensões fechados, para além da manutenção dos treze fundos já geridos, concretizou-se a transferência para a Sociedade de dois fundos e a constituição de um novo fundo de pensões, tendo-se obtido também o mandato para a gestão de mais um fundo de uma grande instituição nacional, cuja transferência só será concretizada durante o ano de 2009.

Ao nível dos fundos de pensões abertos, tendo em linha de conta as condições dos mercados financeiros e procurando dar resposta às necessidades dos seus clientes, a CGD Pensões lançou, em 15 de Julho de 2008, o Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente”. Este fundo veio complementar a oferta já existente neste segmento - Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa”, Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” e Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” - caracterizando-se por uma política de investimento que tem como objectivo de assegurar um rendimento compatível com os instrumentos tradicionais de dívida de curto e médio prazos.

Devido à conjuntura de crise que marcou a generalidade dos mercados financeiros e a economia mundial durante o ano, os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos sob gestão, na sua larga maioria por parte de Participantes já reformados, ascendeu a 40.738.718 €, tendo-se igualmente verificado transferências de 9.219.532 € dos fundos abertos já existentes para o novo fundo “Caixa Reforma Prudente”, mais conservador.

Não obstante, durante o ano registaram-se 1.228 novas adesões individuais e 5 novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos geridos (uma ao fundo “Caixa Reforma Activa” e quatro ao fundo “Caixa Reforma Prudente”), tendo-se verificado novas subscrições no valor de 6.861.392 €.

Para alcançar os objectivos a que se propõe no início de cada ano, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos.

2. EVOLUÇÃO FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício de 2008, no valor de 1.025 milhares de euros, registou um acréscimo de 129 milhares de euros em relação ao ano anterior. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao incremento das comissões de gestão provocado pelo crescimento da actividade da sociedade tanto em termos de fundos de pensões fechados sob gestão como ao nível dos fundos abertos.

Quanto aos Custos Operacionais, com uma variação de 3,5% (+76 milhares de euros), verifica-se que este crescimento foi, essencialmente, devido ao acréscimo de serviços de actuariado, ao aumento da comissão de comercialização paga e a um crescimento de 7,2% dos custos com o pessoal (+19 milhares de euros).

Os proveitos financeiros registaram um aumento de 51 milhares de euros, proveniente de rendimentos de unidades de participação em fundos de investimento e de depósitos a prazo constituídos ao longo do ano.

No fim do exercício, o activo líquido da Sociedade Gestora totalizava 6.855 milhares de euros, mais 487 milhares de euros do que em 31 de Dezembro de 2007.

Os Capitais Próprios, por seu turno, registaram um acréscimo de 825 milhares de euros, provenientes dos resultados do exercício de 2008 (1.025 milhares de euros), contra uma diminuição por distribuição de dividendos (200 milhares de euros).

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2007	2008	Varição homóloga
Activo líquido	6 368	6 855	8%
Capitais próprios	5 153	5 978	16%
Resultado líquido	897	1 025	14%
Capital social	3 000	3 000	
% GRUPO CGD	100,0%	100,0%	

3. COMPLIANCE

A CGD Pensões considera fundamental que os Fundos e as Carteiras que administra possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz, por forma a dar cumprimento às obrigações legais e aos deveres a que se encontra sujeita. Neste sentido, foi criada a função Compliance há cerca de dois anos e meio, tendo sido dotada de recursos humanos de elevada competência e experiência na actividade de gestão de activos e foram realizados avultados investimentos em sistemas e recursos humanos tendo em vista o aprofundamento das competências nesta área.

A CGD Pensões, consciente de que o sistema de gestão de riscos deve corresponder a um conjunto integrado de processos contínuos que garanta uma implementação adequada da estratégia e cumprimento dos objectivos da instituição, implementou em 2008 o projecto Risco Operacional e Controlo Interno (ROCI) e Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que sumariamente se descrevem:

- O projecto ROCI tem como macro objectivos desenvolver capacidades de gestão de risco operacional, responder a aspectos de regulação e compliance, mitigar o risco operacional e desenvolver um sistema de controlo interno que acompanhe as melhores práticas internacionais. Foi implementada uma aplicação informática “SAS OpRisk Monitor” com o objectivo de criar um processo sistematizado e estruturado para a recolha dos eventos, das perdas e das recuperações de risco operacional. Em suma, a Caixa Gestão de Activos pretende ter um sistema de gestão de risco operacional eficaz e eficiente e um sistema de controlo interno robusto e documentado;
- O projecto PCN desenvolveu-se em duas fases: a primeira contemplou o levantamento e documentação do conjunto de processos e a análise da criticidade dos mesmos, com vista ao apuramento do impacto causado por uma eventual interrupção das actividades em cada processo; a segunda fase, que terminará em meados de 2009, contempla o desenho e implementação do plano de continuidade operacional e de recuperação tecnológica. Para 2009, pretende-se terminar a segunda fase do projecto PCN e consolidar a implementação da gestão do risco operacional e do controlo interno.

Na identificação dos riscos materiais a que a sociedade se encontra exposta, a CGD Pensões considera o risco de *compliance*, o risco operacional, o risco dos sistemas de informação, o risco de estratégia e o risco de reputação como os mais importantes e aqueles que poderão afectar a situação financeira da CGD Pensões de forma mais grave.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício de 2008 da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., foi de 1.025.093,57 Euros (um milhão, vinte e cinco mil, noventa e três euros e cinquenta e sete cêntimos), para o qual o Conselho de Administração, nos termos dos art.ºs 12.º e 26.º dos Estatutos da Sociedade e observando o estabelecido no art. 97.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro e no art.º 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, propõe a seguinte aplicação:

- € 102.509,36, para reforço da Reserva Legal;
- € 922.584,21, seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2008:

- Às entidades de supervisão - Instituto de Seguros de Portugal, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários, pela disponibilidade e atenção manifestadas em todos os contactos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização - Fiscal Único da Sociedade Gestora e Revisor Oficial de Contas dos Fundos e aos membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede de distribuição da Caixa Geral de Depósitos, pelo apoio dado à comercialização;
- A todos os clientes dos Fundos e carteiras geridos pela Sociedade pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e entusiasmo, que foram factores decisivos para os bons resultados alcançados.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Presidente

Henrique Pereira Melo
Vice-Presidente

António Francisco de Araújo Pontes
Administrador

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador

Dr. António Manuel Gutierres Caseiro
Administrador

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2008		2007		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Amortizações acumuladas e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas	10	77.803	(77.803)	-	-	Capital	36 e 37	3.000.000	3.000.000
Imobilizações corpóreas	10	294.137	(208.360)	85.777	101.107	Reservas			
Investimentos financeiros	10	2.725.159	(73.453)	2.651.706	3.473.192	Reservas legais	40	360.654	270.964
		<u>3.097.099</u>	<u>(359.616)</u>	<u>2.737.483</u>	<u>3.574.299</u>	Outras reservas	40	1.446.978	839.768
CIRCULANTE:						Resultados transitados	40	144.884	144.884
Dívidas de terceiros - curto prazo						Resultado líquido do exercício	40	1.025.094	896.900
Clientes, conta corrente	48	62.358	-	62.358	50.919	Total do capital próprio		<u>5.977.610</u>	<u>5.152.516</u>
Estado e outros entes públicos	48	-	-	-	100				
Outros devedores	48	3.219	-	3.219	6.123	PASSIVO:			
Títulos negociáveis						Provisões:			
Outros títulos negociáveis	17	645.000	-	645.000	612.380	Provisões para riscos e encargos	34	<u>27.740</u>	<u>43.681</u>
Depósitos bancários e caixa						Dívidas a terceiros - curto prazo			
Depósitos à ordem	49	903.055	-	903.055	252.158	Fornecedores, conta corrente	51	46.903	70.145
Depósitos a prazo	49	1.280.000	-	1.280.000	560.000	Fornecedores de imobilizado	51	25.836	52.283
Caixa		500	-	500	500	Estado e outros entes públicos	51	96.559	217.019
		<u>2.894.132</u>	<u>-</u>	<u>2.894.132</u>	<u>1.482.180</u>	Outros credores	51	<u>324.362</u>	<u>492.979</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								<u>493.660</u>	<u>832.426</u>
Acréscimos de proveitos	50	1.221.163	-	1.221.163	1.300.906	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Custos diferidos	50	1.789	-	1.789	11.094	Acréscimos de custos	52	<u>355.557</u>	<u>339.856</u>
		<u>1.222.952</u>	<u>-</u>	<u>1.222.952</u>	<u>1.312.000</u>	Total do passivo		<u>876.957</u>	<u>1.215.963</u>
Total do activo		<u>7.214.183</u>	<u>(359.616)</u>	<u>6.854.567</u>	<u>6.368.479</u>	Total do capital próprio e do passivo		<u>6.854.567</u>	<u>6.368.479</u>
CONTAS DE ORDEM :									
Fundos de pensões geridos	54			1.577.592.190	1.452.288.897				

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2008	2007	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2008	2007
Fornecimentos e serviços externos	53	1.979.770	1.922.201	Prestação de serviços	44	3.521.970	3.353.635
Custos com o pessoal:				Outros proveitos operacionais		391	4.400
Remunerações	43	277.001	258.371	Reversão de provisões	34	15.941	-
Encargos sociais	43			(B)		3.538.302	3.358.035
Outros	43			Outros juros e proveitos similares	45	198.070	201.566
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	29.479	38.035	(D)		3.736.372	3.559.601
Ajustamentos	10 e 21	65.655	5.104	Proveitos e ganhos extraordinários	46	59.424	9.709
Provisões	34	-	11.580				
Impostos	6	7.085	83.150				
Outros custos e perdas operacionais		10.366	12.744				
(A)		2.369.356	2.331.185				
Juros e custos similares	45	4.276	12.957				
(C)		2.373.632	2.344.142				
Custos e perdas extraordinários	46	8.601	566				
(E)		2.382.233	2.344.708				
Impostos sobre o rendimento do exercício	6	388.469	327.702				
(G)		2.770.702	2.672.410				
Resultado líquido do exercício	40	1.025.094	896.900				
		3.795.796	3.569.310	(F)		3.795.796	3.569.310
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	1.168.946	1.026.850
				Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A)	193.794	188.609
				Resultados correntes:	(D) - (C)	1.362.740	1.215.459
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	1.413.563	1.224.602
				Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	1.025.094	896.900

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimentos de clientes	3.565.945	3.071.499
Pagamentos a fornecedores	(965.382)	(973.860)
Pagamentos ao pessoal	(374.200)	(361.852)
Fluxo gerado pela operações	<u>2.226.363</u>	<u>1.735.787</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(502.676)	(221.463)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(1.004.521)	(687.873)
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>719.166</u>	<u>826.451</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(50)	(125)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
· Resgates de Unidades de Participação	1.493.689	20.830
· Depósitos a prazo	1.630.000	-
Imobilizações corpóreas	7.037	8.644
Juros e proveitos similares	139.886	167.394
	<u>3.270.612</u>	<u>196.868</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
· Subscrições de Unidades de Participação	(739.974)	(302.883)
· Depósitos a prazo	(2.350.000)	(560.000)
Imobilizações corpóreas	(21.344)	(29.459)
	<u>(3.111.318)</u>	<u>(892.342)</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>159.294</u>	<u>(695.474)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos de locação financeira	(25.594)	(20.221)
Juros e custos similares	(1.919)	(2.568)
Dividendos pagos	(200.000)	(100.000)
	<u>(227.513)</u>	<u>(122.789)</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>(227.513)</u>	<u>(122.789)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	650.897	8.063
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	252.658	244.595
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>903.555</u>	<u>252.658</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)NOTA INTRODUTÓRIA

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de Maio de 1992. A Sociedade tem como principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2008 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões Caixa – Banco de Investimento (Fundo Caixa BI)	31-12-1987	04-07-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	01-12-2002	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões da Caixa Leasing e Factoring (Fundo Caixa Leasing e Factoring)	01-12-2002	01-12-2002
Fundo de Pensões Finibanco (Fundo Finibanco)	31-12-1993	31-12-2003
Fundo de Pensões Sojornal e Associadas (Fundo Sojornal e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	29-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-2007	01-01-2008

Adicionalmente, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Prudente” (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 37, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 16.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CGD Pensões ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 50 e 52).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

b) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas de instalação e despesas com campanhas de lançamento de novos fundos. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e foram amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo de um período de três anos. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as imobilizações incorpóreas encontravam-se totalmente amortizadas.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas, traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos activos:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo:	
- Computadores	4
- Mobiliário	8
- Máquinas de escrever, calculadoras e fotocopiadoras	5
Material de transporte adquirido em regime de locação financeira	3
Outras imobilizações corpóreas - software	6

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem a aplicações efectuadas pela CGD Pensões em obrigações e em unidades de participação de fundos de investimento a deter por prazo superior a um ano.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado, integralmente ajustadas contra resultados do exercício. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

d) Títulos negociáveis

As aplicações efectuadas pela CGD Pensões em Bilhetes do Tesouro e em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário, com o objectivo de venda num prazo inferior a um ano, são registadas na rubrica de "Títulos negociáveis" ao custo de aquisição.

As menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado dos títulos negociáveis são integralmente ajustadas contra resultados do exercício. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)e) Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua actividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respectivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,025%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
	0,050%		Valor do Fundo	
	0,045%		< Eur 9.975.958	
Fundo Gestnave	0,040%	Trimestral	de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916	-
	0,050%		> Eur 19.951.916	
Fundo Euronext Lisbon	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo Caixa BI	0,500%	Anual	Valor do Fundo	0,50%
Fundo Interbolsa	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
Fundo Caixa Leasing e Factoring	0,250%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
	0,300%		Valor do Fundo	
	0,275%		< Eur 15.000.000	
Fundo Finibanco	0,250%	Anual	de Eur 15.000.000 a Eur 25.000.000	0,20%
	0,450%		> Eur 25.000.000	
Fundo Sojornal e Associadas	0,450%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,125%	Anual	Valor de mercado dos activos do Fundo	0,05%
Fundo Império – Bonança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,09%
Fundo SCML	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,09%
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,09%

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira				Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações		
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2008 e 2007 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2008 e 2007 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2008 e 2007 ascendeu a 0,77%	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Mensal	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2008 e 2007 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação destes Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos. Esta comissão é registada na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 53).

A Sociedade cobra ainda aos Fundos Caixa BI e Galp Energia comissões de 19,95 Euros e 80 Euros, respectivamente, por cada participante.

f) Taxa a favor do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A Sociedade paga uma taxa ao ISP sobre as contribuições dos Associados para os respectivos Fundos, nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril, a qual constitui um encargo de cada Fundo. Até 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade registava esta taxa simultaneamente em custos e proveitos, nas rubricas "Impostos" (Nota 6) e "Prestações de Serviços" (Nota 44), respectivamente. No que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial – Confiança e Caixa Reforma Prudente, esta taxa é suportada pela Sociedade. A partir de 1 de Janeiro de 2008, a Sociedade passou a relevar apenas na rubrica de "Impostos" (Nota 6), o custo corresponde à taxa não suportada pelos Fundos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)g) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro (Nota 15). De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

6. IMPOSTOS

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e respectiva Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 26,5%.

Na sequência da publicação da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente em IRC à taxa de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser revistas. Deste facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto. No entanto, na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional, relativamente aos exercícios atrás referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica "Impostos" da demonstração dos resultados refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,046% das contribuições efectuadas para parte dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3. f)).

Nos exercícios de 2008 e 2007, a taxa efectiva de imposto correspondeu a 26,25% e 26,76%, respectivamente. Apresenta-se a seguir um resumo da determinação do imposto apurado:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado antes de impostos	1.413.562	1.224.602
Ajustamentos:		
· Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto (Nota 46)	1.189	(1.065)
· Reposição de provisões tributadas (Nota 34)	(15.941)	-
· Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	(11.928)	(11.284)
· Constituição provisões tributadas (Nota 34)	-	11.580
· Constituição/(Reversão) de ajustamentos tributados (Nota 10)	65.655	5.104
· Outros, líquido	2.209	3.123
	-----	-----
Lucro tributável	1.454.746	1.232.060
Taxa nominal de imposto	26,5%	26,5%
	-----	-----
Imposto apurado antes de tributação autónoma	385.508	326.496
Tributação autónoma	2.961	1.206
	-----	-----
Imposto apurado (Nota 51)	388.469	327.702
	=====	=====

A Sociedade não tem procedido ao registo de impostos diferidos por não serem relevantes para as suas demonstrações financeiras.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2008 e 2007, a Sociedade teve ao seu serviço dez colaboradores, dois dos quais com vínculo contratual à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cedidos para o desempenho de funções na Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						Saldos em 31.12.08
	Saldos em 31.12.06	Aumentos	Alienações e abates/ reposições	Saldos em 31.12.07	Aumentos	Alienações e abates/ reposições	
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de instalação	45.226	-	-	45.226	-	-	45.226
Campanha com lançamento de novos fundos	32.577	-	-	32.577	-	-	32.577
	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>
Imobilizado corpóreo:							
Equipamento administrativo	48.713	11.295	(4.036)	55.972	2.350	(26.809)	31.513
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:							
· Material de transporte (Nota 15)	124.917	-	(42.917)	82.000	-	(32.000)	50.000
Outras imobilizações corpóreas	156.426	2.843	-	159.269	18.501	-	177.770
Imobilizado em curso	26.653	8.201	-	34.854	-	-	34.854
	<u>356.709</u>	<u>22.339</u>	<u>(46.953)</u>	<u>332.095</u>	<u>20.851</u>	<u>(58.809)</u>	<u>294.137</u>
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	3.199.068	302.883	(20.961)	3.480.990	94.973	(850.804)	2.725.159
Ajustamentos	(2.694)	(5.104)	-	(7.798)	(65.655)	-	(73.453)
	<u>3.196.374</u>	<u>297.779</u>	<u>(20.961)</u>	<u>3.473.192</u>	<u>29.318</u>	<u>(850.804)</u>	<u>2.651.706</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas						Saldos em 31.12.08
	Saldos em 31.12.06	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31.12.07	Aumentos	Alienações e abates	
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de instalação	(45.226)	-	-	(45.226)	-	-	(45.226)
Campanha com lançamento de novos fundos	(32.577)	-	-	(32.577)	-	-	(32.577)
	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>
Imobilizado corpóreo:							
Equipamento administrativo	(46.577)	(2.327)	3.926	(44.978)	(2.625)	26.507	(21.096)
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:							
· Material de transporte (Nota 15)	(73.318)	(21.867)	42.917	(52.268)	(13.332)	25.600	(40.000)
Outras imobilizações corpóreas	(119.901)	(13.841)	-	(133.742)	(13.522)	-	(147.264)
	<u>(239.796)</u>	<u>(38.035)</u>	<u>46.843</u>	<u>(230.988)</u>	<u>(29.479)</u>	<u>52.107</u>	<u>(208.360)</u>
	<u>(317.599)</u>	<u>(38.035)</u>	<u>46.843</u>	<u>(308.791)</u>	<u>(29.479)</u>	<u>52.107</u>	<u>(286.163)</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Investimentos financeiros” apresenta a seguinte composição:

	2008			2007	
	Custo de aquisição	Ajustamentos	Valor de balanço	Mais-valias potenciais	Valor de balanço
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Obrigações diversas:					
· CGD 132 anos 1ª série	50.000	-	50.000	-	-
Unidades de participação de fundos de investimento:					
· Fundimo	1.267.391	-	1.267.391	25.647	1.222.418
· Logística e Distribuição	551.300	-	551.300	122.326	551.300
· Caixagest Imobiliário	249.996	(27.275)	222.721	-	249.996
· Vision Escritórios	200.900	-	200.900	36.134	200.900
· Maxirent	175.000	-	175.000	99.280	175.000
· Tishman Esóf Sfeeder	220.554	(46.178)	174.376	-	212.756
· Lusimovest (Santander)	10.018	-	10.018	1.894	10.018
· Caixagest Estratégia Moderada	-	-	-	-	426.364
· Caixagest Estratégia Conservadora	-	-	-	-	424.440
	<u>2.675.159</u>	<u>(73.453)</u>	<u>2.601.706</u>	<u>285.281</u>	<u>3.473.192</u>
	<u>2.725.159</u>	<u>(73.453)</u>	<u>2.651.706</u>	<u>285.281</u>	<u>3.473.192</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, as mais-valias potenciais em investimentos financeiros não registadas em balanço ascendiam a 290.211 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)15. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações de locação financeira encontram-se relevadas nas seguintes rubricas do balanço:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imobilizações corpóreas – Material de transporte (Nota 10):		
· Activo bruto	50.000	82.000
· Amortizações acumuladas	(40.000)	(52.268)
	-----	-----
	10.000	29.732
	=====	=====
Dívidas a terceiros (Nota 51):		
· Até um ano	13.949	25.517
· Mais de um ano	11.101	23.922
	-----	-----
	25.050	49.439
	=====	=====

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Sociedade mantinha os seguintes saldos com empresas do Grupo e aplicações em fundos de investimento geridos por empresas do Grupo:

	2008					
	CGD	Fundimo	Caixagest	Caixa LF	Fidelidade	Total
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 49)	903.055	-	-	-	-	903.055
Depósitos a prazo (Nota 49)	1.280.000	-	-	-	-	1.280.000
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 10)	50.000	1.267.391	249.997	-	-	1.567.388
Títulos negociáveis (Nota 17)	-	-	645.000	-	-	645.000
Acréscimos de proveitos (Nota 50)	18.941	-	-	-	-	18.941
	2.251.996	1.267.391	894.997	-	-	4.414.384
Passivo :						
Fornecedores de imobilizado (Nota 51)	-	-	-	25.050	-	25.050
Fornecedores, conta corrente	1.637	-	-	-	38.402	40.039
Outros credores (Nota 51)	324.022	-	-	-	-	324.022
Acréscimos de custos (Nota 52)	97.644	-	45.000	-	-	142.644
	423.303	-	45.000	25.050	38.402	531.755
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 53)	1.126.415	-	180.750	-	-	1.307.165
Juros e custos similares (Nota 45)	1.752	-	-	1.919	-	3.671
	1.128.167	-	180.750	1.919	-	1.310.836
Proveitos e ganhos:						
Juros e proveitos similares (Nota 45)	75.730	60.701	3.715	-	-	140.146
	75.730	60.701	3.715	-	-	140.146
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050	38.402	4.414.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2.251.996	1.267.391	894.997	25.050</		

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

Foram ainda distribuídos dividendos ao accionista único Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD) em 2008 e 2007, relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, de 200.000 Euros e 100.000 Euros, respectivamente (Nota 40).

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica corresponde a Unidades de Participação do Fundo de Investimento Mobiliário Caixa Fundo Monetário, com um custo de aquisição de 645.000 Euros. Na mesma data, o valor de mercado destas Unidades de Participação era superior ao correspondente valor de balanço em 114 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica corresponde a Unidades de Participação do Fundo de Investimento Mobiliário Caixa Moeda, com um custo de aquisição de 612.380 Euros. Na mesma data, o valor de mercado destas Unidades de Participação era superior ao correspondente valor de balanço em 42.764 Euros.

34. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Saldos em 31.12.06	Reforços	Reposições	Saldos em 31.12.07	Reforços	Reposições	Saldos em 31.12.08
Provisões para riscos e encargos	32.101	11.580	-	43.681	-	(15.941)	27.740

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as provisões constituídas destinam-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade da Sociedade. Estas provisões não são aceites como custo para efeitos fiscais (Nota 6).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Sociedade é integralmente detido pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante os exercícios de 2007 e 2008, o movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Reservas			Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício
	Legais	Livres	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	235.958	624.713	860.671	144.884	350.061
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	35.006	215.055	250.061	-	(250.061)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(100.000)
Resultado do exercício de 2007	-	-	-	-	896.900
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	270.964	839.768	1.110.732	144.884	896.900
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	89.690	607.210	696.900	-	(696.900)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(200.000)
Resultado do exercício de 2008	-	-	-	-	1.025.094
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	360.654	1.446.978	1.807.632	144.884	1.025.094

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

A legislação comercial estabelece que, no máximo, 5% do resultado líquido de cada exercício deverá ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada em futuros aumentos de capital ou para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reserva legal representava 12,02% e 9,03% do capital social, respectivamente.

Em 31 de Março de 2008, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de 200.000 Euros (100.000 Euros na Assembleia Geral de 30 de Março de 2007).

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os custos com o pessoal têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Remunerações dos empregados	189.992	177.795
Encargos sobre remunerações	42.092	39.374
Prémios a pagar aos empregados	23.275	14.725
Contribuições para pensões (Nota 55)	3.364	3.143
Outros	18.278	20.809
	-----	-----
	277.001	258.371
	=====	=====

Durante os exercícios de 2008 e 2007, não foram atribuídas quaisquer remunerações ou incorridos outros encargos relativamente aos membros do Conselho de Administração.

Nos exercícios de 2008 e 2007, a rubrica de “Prémios a pagar aos empregados” refere-se ao acréscimo de custos constituído para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2009 e 2008, respectivamente, relativas ao desempenho dos colaboradores com vínculo contratual com a Sociedade no ano anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Comissões de gestão e administração dos fundos de pensões:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.363.052	1.579.292
. Fundo CGD	1.113.615	1.038.071
. Fundo SCML	181.406	-
. Fundo Finibanco	167.613	177.754
. Fundo Caixa Reforma Valor	101.810	85.013
. Fundo Império – Bonança	99.652	106.807
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	89.673	75.306
. Fundo Galp Energia	88.894	80.722
. Fundo Fidelidade	88.480	-
. Fundo Mundial – Confiança	35.412	-
. Fundo Sojornal e Associadas	28.020	29.475
. Fundo Gestnave	22.231	19.793
. Fundo Caixa BI	21.149	19.382
. Fundo INE	18.567	18.326
. Fundo Euronext Lisbon	10.574	12.477
. Fundo Caixa Reforma Prudente	10.046	-
. Fundo CMVM	6.884	6.154
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	6.850	6.312
. Fundo Interbolsa	2.984	4.188
. Fundo CPR	1.036	570
	-----	-----
	3.457.948	3.259.642
	-----	-----
Comissões de depósito:		
. Fundo CPR	112	223
	-----	-----
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	915	1.276
. Fundo Caixa Reforma Prudente	394	-
. Fundo Caixa Reforma Valor	12	11
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	1.366
	-----	-----
	1.321	2.653
	-----	-----
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	53.174	24.196
. Fundo Caixa Reforma Valor	5.968	485
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	2.267	1.206
	-----	-----
	61.409	25.887
	-----	-----
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Valor	968	50
. Fundo Caixa Reforma Activa	177	1.537
	-----	-----
	1.145	1.587
	-----	-----
Comissões de realocação:		
. Fundo Galp Energia	35	-
	-----	-----
	3.521.970	3.289.992
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Compensação relativa às contribuições da Sociedade para o Instituto de Seguros de Portugal (Nota 3. f)):		
. Fundo CGD	-	58.025
. Fundo Gestnave	-	3.092
. Fundo Finibanco	-	2.109
. Fundo Euronext Lisbon	-	166
. Fundo Caixa BI	-	144
. Fundo INE	-	91
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	-	16
	-----	-----
	-	63.643
	-----	-----
	3.521.970	3.353.635
	=====	=====

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros de contratos de locação financeira	1.919	2.568
Comissões por serviços bancários	1.752	1.300
Custos com aplicações financeiras	-	8.605
Outros	605	484
	-----	-----
	4.276	12.957
Resultados financeiros	193.794	188.609
	-----	-----
	198.070	201.566
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
. Juros de depósitos à ordem	37.091	25.618
. Juros de depósitos a prazo	37.202	2.191
. Obrigações diversas	1.437	-
. Outros	107	175
	-----	-----
	75.837	27.984
	-----	-----
Outros juros e proveitos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação	122.233	173.582
	-----	-----
	198.070	201.566
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Alienação de investimentos financeiros	6.762	131
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 6)	1.189	-
Multas e penalidades	450	125
Donativos	200	200
Abates de imobilizado	-	110
	-----	-----
	8.601	566
	=====	====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Alienação de investimentos financeiros	58.371	-
Restituição de imposto	653	-
Alienação de imobilizado	400	8.644
Excesso de estimativa de imposto (Nota 6)	-	1.065
	-----	-----
	59.424	9.709
Resultados extraordinários	(50.823)	(9.143)
	-----	-----
	8.601	566
	=====	====

48. DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Clientes, conta corrente:		
. Galp Energia	54.240	49.840
. Finibanco	8.118	1.039
. Companhia Portuguesa de Resseguros	-	40
	-----	-----
	62.358	50.919
	-----	-----
Estado e outros entes públicos:		
. Outros	-	100
	-----	-----
Outros devedores:		
. Adiantamentos a colaboradores	3.050	500
. Empréstimos a colaboradores	-	5.454
. Outros	169	169
	-----	-----
	3.219	6.123
	-----	-----
	65.577	57.142
	=====	=====

A rubrica “Clientes, conta corrente” reflecte o valor de comissões de gestão financeira e de gestão técnica e administrativa que, nos termos dos contratos de gestão dos respectivos Fundos, são debitadas directamente aos Associados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)49. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica refere-se integralmente a depósitos à ordem e a prazo domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Nas mesmas datas, os depósitos à ordem eram remunerados às taxas anuais de 3,42% e 4,09%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008, os depósitos a prazo, com vencimento em Fevereiro e Maio de 2009, eram remunerados à taxa anual média de 4,87%. Em 31 de Dezembro de 2007, o depósito a prazo, com vencimento em Janeiro de 2008, era remunerado à taxa anual de 6,8%.

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Acréscimos de proveitos:		
. Comissões de gestão a receber:		
- Fundo Caixa Reforma Activa	608.124	817.477
- Fundo CGD	278.449	270.233
- Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	69.812	8.080
- Fundo Caixa Reforma Valor	48.131	48.446
- Fundo SCML	46.248	-
- Fundo Finibanco	38.647	42.568
- Fundo Império – Bonança	24.344	30.515
- Fundo Fidelidade	23.476	-
- Fundo Mundial – Confiança	10.889	-
- Fundo Caixa Reforma Prudente	10.046	-
- Fundo Caixa BI	9.813	7.004
- Fundo Galp Energia	7.706	7.127
- Fundo Sojornal e Associadas	6.880	7.419
- Fundo Gestnave	6.329	5.703
- Fundo INE	4.322	4.359
- Fundo Euronext Lisbon	4.128	4.023
- Fundo CMVM	2.074	1.762
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	1.526	1.559
- Fundo Interbolsa	993	1.049
- Fundo CPR	255	142
. Valor a receber dos Fundos relativo à taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal:		
- Fundo CGD	-	37.596
- Fundo Gestnave	-	1.546
- Fundo Finibanco	-	239
- Fundo Euronext Lisbon	-	166
- Fundo INE	-	91
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	-	16
- Fundo Interbolsa	-	-
. Juros de depósitos bancários a receber	18.686	3.745
. Juros de obrigações diversas	255	-
. Outros acréscimos de proveitos	30	41
	-----	-----
	1.221.163	1.300.906
Custos diferidos	1.789	11.094
	-----	-----
	1.222.952	1.312.000
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)51. DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fornecedores, conta corrente:		
. Fidelidade	38.402	-
. Auditores externos	-	30.140
. PME Link	-	21.010
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	6.300
. Consultores actuariais	-	1.509
. Outros	8.501	11.186
	-----	-----
	46.903	70.145
	=====	=====
Fornecedores de imobilizado:		
. Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira (Nota 15)	25.050	49.439
. Outros	786	2.844
	-----	-----
	25.836	52.283
	=====	=====
Estado e outros entes públicos:		
. IRC a pagar	87.499	207.874
. Retenção de impostos sobre outros rendimentos	4.310	4.999
. Contribuições para a Segurança Social	4.721	4.146
. Outros	29	-
	-----	-----
	96.559	217.019
	=====	=====
Outros credores:		
. Comissão de comercialização	310.171	474.059
. Cedência de pessoal	13.851	17.138
. Outros	340	1.782
	-----	-----
	324.362	492.979
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o imposto sobre o rendimento a pagar tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 6)	388.469	327.702
Pagamentos por conta	(236.445)	(89.136)
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	(64.525)	(30.692)
	-----	-----
Imposto a pagar	87.499	207.874
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Comissão de comercialização” respeita à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Caixa Reforma Activa”, “Caixa Reforma Valor” e “Caixa Reforma Prudente”, referente ao segundo semestre de 2008 (Nota 53).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Comissão de comercialização” respeita à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Caixa Reforma Activa”, “Caixa Reforma Valor” e “Caixa Reforma Garantida 2022”, referente ao segundo semestre de 2007 (Nota 53).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Acréscimos de custos:		
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal		
- Fundo Pensões Mundial Confiança	1.526	-
- Fundo Pensões Caixa Reforma Prudente	1.362	-
- Fundo Pensões Fidelidade	1.406	-
- Fundo Pensões CMVM	598	316
- Fundo Pensões Caixa Reforma Activa	449	5.736
- Fundo Pensões Galp Energia	376	324
- Fundo Pensões Império – Bonança	301	2.797
- Fundo Pensões Caixa Reforma Valor	139	1.464
- Fundo Pensões Caixa Reforma Garantida 2022	8	2
- Fundo Pensões CGD	-	37.596
- Fundo Pensões Gestnave	-	1.546
- Fundo Pensões Finibanco	-	239
- Fundo Pensões Euronext Lisbon	-	166
- Fundo Pensões INE	-	91
- Fundo Pensões Caixa Leasing e Factoring	-	16
. Estudos actuariais	106.825	110.075
. Provisão para férias e subsídio de férias	54.828	55.772
. Comissão de comercialização (Nota 53)	52.821	-
. Assessoria – gestão de patrimónios (Nota 53)	45.000	45.375
. Prémios a pagar aos empregados	35.600	32.025
. Contribuições para fundos de pensões (Nota 55)	724	662
. Outros	53.594	45.654
	-----	-----
	355.557	339.856
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Prémios a pagar aos empregados” inclui o acréscimo de custos constituído para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2009, mas relativas ao desempenho dos colaboradores no ano anterior, do pessoal com vínculo contratual à Sociedade e do pessoal cedido pela CGD, nos montantes de 19.000 Euros e 16.600 Euros, respectivamente (14.725 Euros e 17.300 Euros, respectivamente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007).

53. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Trabalhos especializados:		
- Comissão de comercialização (Notas 51 e 52)	804.528	726.316
- Remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A.	213.568	222.403
- Estudos actuariais	258.439	160.501
- Contrato de assessoria – Caixagest	180.750	181.500
- Outros	228.429	190.590
Publicidade	106.950	231.266
Rendas e alugueres	76.176	74.612
Honorários	35.408	36.355
Comunicação	19.153	44.869
Electricidade e água	11.659	8.464
Limpeza, higiene e vigilância	9.824	14.376
Seguros	2.353	3.562
Conservação	2.327	932
Despesas de representação	278	1.660
Outros	29.928	24.795
	-----	-----
	1.979.770	1.922.201
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

As remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referem-se aos salários de colaboradores desta entidade que se encontram a desempenhar funções na CGD Pensões (Nota 7).

Até 31 de Março de 2008, a Sociedade tinha um contrato de consultoria em matéria de investimentos com a Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., mediante o qual a Sociedade pagava uma remuneração pelo aconselhamento sobre a composição das carteiras de valores mobiliários dos Fundos. A partir de 1 de Abril de 2008, a Sociedade celebrou um contrato de gestão com essa entidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros – Trabalhos especializados” inclui essencialmente os custos com auditoria e revisor oficial de contas.

54. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundo CGD	1.137.180.864	1.106.441.211
Fundo Caixa Reforma Activa	81.450.058	133.374.073
Fundo Finibanco	69.135.460	69.469.869
Fundo SCML	65.132.062	-
Fundo Império – Bonança	62.453.951	70.660.834
Fundo Fidelidade	56.250.544	-
Fundo Mundial – Confiança	23.559.816	-
Fundo Caixa Reforma Prudente	11.810.161	-
Fundo Gestnave	11.695.489	11.038.485
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	11.553.393	12.248.018
Fundo Galp Energia	10.527.684	9.632.619
Fundo Caixa Reforma Valor	7.133.933	10.015.591
Fundo Euronext Lisbon	6.120.353	6.011.270
Fundo Sojornal e Associadas	6.030.641	6.504.451
Fundo CMVM	5.922.148	5.224.924
Fundo INE	3.566.329	3.615.337
Fundo Caixa BI	2.988.794	2.822.109
Fundo Caixa Leasing e Factoring	2.469.804	2.448.150
Fundo Interbolsa	1.943.421	2.044.353
Fundo CPR	667.285	737.603
	-----	-----
	1.577.592.190	1.452.288.897
	=====	=====

55. RESPONSABILIDADE COM PENSÕES

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respectiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em Euros)

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante foi calculada da seguinte forma:

$$2\% * N * \text{remuneração mensal} * 12$$

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

$$2\% * \text{remuneração mensal} * 3$$

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efectuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Sociedade reconheceu em "Custos com o pessoal" os seguintes montantes (Nota 43):

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Primeiro ao terceiro trimestres	2.640	2.481
Quarto trimestre (Nota 52)	724	662
	-----	-----
	3.364	3.143
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor e do Fundo Caixa Reforma Activa, com o seguinte detalhe:

	<u>Número de</u> <u>unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	3.525	2.942	16.081	16.338
Fundo Caixa Reforma Activa	379	336	4.299	4.104
	-----	-----	-----	-----
	3.904	3.278	20.380	20.442
	=====	=====	=====	=====

**CGD PENSÕES – SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES,
S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2008 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

Fevereiro de 2009

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 6.854.567 Euros e capitais próprios de 5.977.610 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.025.094 Euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.


Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2008 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco